

Crescendo com valor



Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2017.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A Administração da Companhia identificou, após a divulgação das informações financeiras intermediárias arquivadas em 31 de outubro de 2017, que as informações constantes na Nota Explicativa nº 16 – Empréstimos e Financiamentos, referente as, e) Cláusulas Financeiras Restritivas, item vii) Banco Credit Suisse – PPE, a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, foram apresentadas sem contemplar o aditamento contratual formalizado neste trimestre. Para tanto essas informações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas contemplando os índices financeiros contratados junto ao Banco Credit Suisse, os quais foram integralmente atendidos em 30 de setembro de 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting*), emitidas pelo IASB – *Internacional*

Accounting Standards Board, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de transição para IFRS/CPC's.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. As contas a receber de clientes estão classificadas nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

f) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

h) Propriedade para investimento

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente

baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

i) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *Goodwill*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O *ágio (goodwill)* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio de aquisições de controladas* é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

j) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda e a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Em 2016 e no primeiro semestre de 2017 a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

l) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são

reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

n) Hedge de fluxo de caixa (Hedge Accounting)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do período.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do período.

o) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

q) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras intermediárias, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras intermediárias incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal devido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras intermediárias (nota explicativa nº 32).

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

t) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

u) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	30.09.17	31.12.16
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	99,51	99,43

* em fase de avaliação de projetos eólicos para implementação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Fundo fixo	31	33	33	34
Bancos	3.493	3.610	3.983	3.759
Aplicações financeiras de liquidez imediata	32.931	79.201	32.931	100.092
	<u>36.455</u>	<u>82.844</u>	<u>36.947</u>	<u>103.885</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 65 % do CDI e possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	164.374	151.194	165.913	152.434
Clientes - mercado externo	15.823	20.062	15.823	20.062
	<u>180.197</u>	<u>171.256</u>	<u>181.736</u>	<u>172.496</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.640)	(17.612)	(4.640)	(18.269)
	<u>175.557</u>	<u>153.644</u>	<u>177.096</u>	<u>154.227</u>

Em 30 de setembro de 2017, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 18.849, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
À vencer	157.079	129.543	158.247	129.947
Vencidos até 30 dias	9.283	15.679	9.589	15.769
Vencidos de 31 a 60 dias	1.779	3.961	1.779	3.962
Vencidos de 61 a 90 dias	2.972	2.164	2.972	2.164
Vencidos de 91 a 180 dias	2.085	1.377	2.085	1.446
Vencidos há mais de 180 dias	6.999	18.532	7.064	19.208
	<u>180.197</u>	<u>171.256</u>	<u>181.736</u>	<u>172.496</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 55 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Saldo no início do período	(17.612)	(14.733)	(18.269)	(15.390)
Provisões para perdas reconhecidas	(753)	(2.879)	(753)	(2.879)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	13.725	-	14.382	-
Saldo no final do período	<u>(4.640)</u>	<u>(17.612)</u>	<u>(4.640)</u>	<u>(18.269)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 80.066 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme notas explicativas nº 16 e 17.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 30 de setembro de 2017 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,36	147.739
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,73	9.068
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,91	1.440
		<u>158.247</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes imptuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes imptuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Produtos acabados	13.249	7.689	13.289	7.792
Materiais de produção	32.889	36.012	32.889	36.012
Materiais de consumo	23.006	22.695	23.066	22.768
Outros estoques	537	479	537	479
	<u>69.681</u>	<u>66.875</u>	<u>69.781</u>	<u>67.051</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado no terceiro trimestre de 2017 foi de R\$ 158.005 (R\$ 149.042 no terceiro trimestre de 2016) na controladora e R\$ 157.713 (R\$ 149.937 no terceiro trimestre de 2016) no consolidado, e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 o valor reconhecido no resultado foi de R\$ 450.704 (R\$ 442.195 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) na controladora e R\$ 452.550 (R\$ 437.775 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 não inclui redução ao valor realizável líquido. A Administração espera que os demais itens de estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
ICMS	4.791	5.234	4.791	5.234
PIS/COFINS	1.197	155	1.197	155
IPI	382	187	382	187
Imposto de renda	2.749	137	2.749	137
Contribuição social	107	103	107	103
IRRF s/ aplicações	1.913	1.799	2.086	1.863
Outros	11	10	11	10
	<u>11.150</u>	<u>7.625</u>	<u>11.323</u>	<u>7.689</u>
Parcela do circulante	8.936	5.233	9.109	5.297
Parcela do não circulante	2.214	2.392	2.214	2.392

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Banco do Brasil - Nova York - a)	7.874	13.537	7.874	13.537
Banco Itaú - b)	-	18.545	-	18.545
Banco Santander - b)	-	30.995	-	30.995
Banco Rabobank - b)	2.112	18.584	2.112	18.584
Banco Itaú Trustee - b)	13.430	12.537	13.430	12.537
Total circulante	<u>23.416</u>	<u>94.198</u>	<u>23.416</u>	<u>94.198</u>

- Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores em dólares retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais de juros do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em novembro de 2017.
- Banco Itaú, Banco Santander, Banco Rabobank e Banco Itaú Trustee – representados por valores depositados em aplicações financeiras cujos resgates ocorrerão nas datas dos vencimentos em 2017 e 2018 de operações de capital de giro contratadas junto aos próprios bancos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Adiantamento a fornecedores	2.509	3.518	2.585	3.613
Créditos com funcionários	1.624	1.616	1.717	1.640
Renegociação de clientes	20.451	24.325	20.451	24.352
Despesas antecipadas	893	1.706	893	1.706
Crédito a receber XKW Trading	5.103	4.624	5.103	4.624
Outros créditos	4.288	4.320	4.262	4.349
	<u>34.868</u>	<u>40.109</u>	<u>35.011</u>	<u>40.284</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(5.177)	(5.407)	(5.177)	(5.407)
	<u>29.691</u>	<u>34.702</u>	<u>29.834</u>	<u>34.877</u>
Parcela do circulante	17.442	19.482	17.558	19.629
Parcela do não circulante	12.249	15.220	12.276	15.248

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2021 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Saldo no início do período	(5.407)	(4.049)	(5.407)	(4.049)
Provisões para perdas reconhecidas	(2.067)	(1.358)	(2.067)	(1.358)
Renegociações baixadas durante o período como incobráveis	2.297	-	2.297	-
Saldo no final do período	<u>(5.177)</u>	<u>(5.407)</u>	<u>(5.177)</u>	<u>(5.407)</u>

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2017.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2017 e de 2016 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	8.795	4.335	8.795	4.335
Sobre prejuízo fiscal	36.626	32.090	36.626	32.090
Hedge de fluxo de caixa	26.131	30.897	26.131	30.897
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.166	1.561	3.166	1.561
Sobre prejuízo fiscal	13.186	11.552	13.186	11.552
Hedge de fluxo de caixa	9.407	11.123	9.407	11.123
	<u>97.311</u>	<u>91.558</u>	<u>97.311</u>	<u>91.558</u>
PASSIVO				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	4.381	3.989	4.381	3.989
Valor justo dos ativos biológicos	34.134	30.695	36.153	32.844
Custo atribuído do ativo imobilizado	124.953	122.206	132.553	129.805
Subvenção governamental	670	981	670	981
Carteira de clientes	831	979	831	979
Amortização ágio fiscal	13.777	11.081	13.777	11.081
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.577	1.436	1.577	1.436
Valor justo dos ativos biológicos	12.288	11.050	13.379	12.211
Custo atribuído do ativo imobilizado	44.983	43.994	47.719	46.729
Subvenção governamental	241	353	241	353
Carteira de clientes	299	353	299	353
Amortização ágio fiscal	4.960	3.989	4.960	3.989
	<u>243.094</u>	<u>231.106</u>	<u>256.540</u>	<u>244.750</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>145.783</u>	<u>139.548</u>	<u>159.229</u>	<u>153.192</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	30.09.17
2017	6.217
2018	10.227
2019	10.011
2020	9.367
2021 em diante	61.489
	<u>97.311</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 31.12.16	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 30.09.17
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para participações	(3.673)	13	-	-	(3.660)
Provisão para riscos diversos	(2.223)	(6.078)	-	-	(8.301)
Hedge de fluxo de caixa	(42.020)	-	6.482	-	(35.538)
Total diferenças temporárias	(47.916)	(6.065)	6.482	-	(47.499)
Prejuízos fiscais	(43.642)	(14.273)	-	8.103	(49.812)
	<u>(91.558)</u>	<u>(20.338)</u>	<u>6.482</u>	<u>8.103</u>	<u>(97.311)</u>
	-				-
Consolidado ativo	Saldo inicial 31.12.16	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 30.09.17
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Provisão para participações	(3.673)	13	-	-	(3.660)
Provisão para riscos diversos	(2.223)	(6.078)	-	-	(8.301)
Hedge de fluxo de caixa	(42.020)	-	6.482	-	(35.538)
Total diferenças temporárias	(47.916)	(6.065)	6.482	-	(47.499)
Prejuízos fiscais	(43.642)	(14.273)	-	8.103	(49.812)
	<u>(91.558)</u>	<u>(20.338)</u>	<u>6.482</u>	<u>8.103</u>	<u>(97.311)</u>

Controladora passivo	Saldo inicial 31.12.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 30.09.17
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	5.425	533	5.958
Valor justo dos ativos biológicos	41.745	4.677	46.422
Custo atribuído e revisão da vida útil	166.200	3.736	169.936
Subvenção governamental	1.334	(423)	911
Carteira de clientes	1.332	(202)	1.130
Amortização ágio fiscal	15.070	3.667	18.737
	<u>231.106</u>	<u>11.988</u>	<u>243.094</u>

Consolidado	passivo	Reconhecido no		
		Saldo inicial	resultado	Saldo final
		31.12.16		30.09.17
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa		5.425	533	5.958
Valor justo dos ativos biológicos		45.055	4.477	49.532
Custo atribuído e revisão da vida útil		176.534	3.738	180.272
Subvenção governamental		1.334	(423)	911
Carteira de clientes		1.332	(202)	1.130
Amortização ágio fiscal		15.070	3.667	18.737
		<u>244.750</u>	<u>11.790</u>	<u>256.540</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitassul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2015	130.582	140.828	563	258	272.231
Resultado da equivalência patrimonial	18.473	16.778	(5)	(116)	35.130
Dividendos propostos	(4.400)	(3.897)	-	-	(8.297)
Aporte capital	31.721	-	94	90	31.905
Redução capital	-	(43.797)	-	-	(43.797)
Adiantamento futuro aumento capital	(31.721)	-	(94)	-	(31.815)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>144.655</u>	<u>109.912</u>	<u>558</u>	<u>232</u>	<u>255.357</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(13.068)	12.896	(2)	(52)	(226)
Dividendos propostos	(13.199)	(16.777)	-	-	(29.976)
Redução capital	-	(36.997)	-	-	(36.997)
Adiantamento futuro aumento capital	520	-	-	-	520
Em 30 de setembro de 2017	<u>118.908</u>	<u>69.034</u>	<u>556</u>	<u>180</u>	<u>188.678</u>

	Habitassul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia
Circulante				
Ativo	1.295	7.911	22	1
Passivo	(19.504)	(568)	-	(57)
Ativo/Passivo Circulante Líquido	(18.209)	7.343	22	(56)
Não Circulante				
Ativo	150.107	62.193	534	237
Passivo	(12.989)	(498)	-	-
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	137.118	61.695	534	237
Patrimônio Líquido	<u>118.909</u>	<u>69.038</u>	<u>556</u>	<u>181</u>
Receita líquida	11.433	9.093	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.134)	13.700	(2)	(53)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	66	(803)	-	-
Resultado do período	<u>(13.068)</u>	<u>12.897</u>	<u>(2)</u>	<u>(53)</u>
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,51

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2017, os acionistas da controlada Habitasul Florestal S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.199, que foram colocados à disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 foram destinados os dividendos mínimos e obrigatórios de 25% no valor de R\$ 4.400.

No exercício de 2016 foram capitalizados os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados nos exercícios de 2014 (R\$ 10.743) e 2015 (R\$ 20.978) no montante de R\$ 31.721.

Em 26 de abril de 2017 houve na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda a aprovação de dividendos referentes ao exercício de 2016, no valor de R\$ 16.777 pagos em moeda corrente (R\$ 3.897 deliberados no exercício 2016 referentes ao exercício de 2015, pagos em moeda corrente).

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. em 30 de junho de 2017 os sócios resolveram reduzir o capital da Sociedade, por estar excessivo em relação objeto social da sociedade. A controladora Celulose Irani S.A. foi restituída ao valor de R\$ 36.997 sendo R\$ 4.281 em moeda corrente e o saldo, no valor de R\$ 32.716 com créditos existentes na controlada em favor da sócia quotista. Os percentuais de participação de todos sócios permaneceram inalterados.

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. em 10 de março de 2016 os sócios resolveram reduzir o capital da Sociedade, por estar excessivo em relação objeto social da sociedade. A controladora Celulose Irani S.A. foi restituída ao valor de R\$ 43.797 em moeda corrente, sendo que permaneceram inalterados os percentuais de participação de todos sócios.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	23.281	12.051	35.332
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	23.281	11.558	34.839
Custo	23.281	12.702	35.983
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	23.281	11.558	34.839
Em 30 de setembro 2017			
Saldo inicial	23.281	11.558	34.839
Baixa	(61)	-	(61)
Depreciação	-	(380)	(380)
Saldo contábil líquido	23.220	11.178	34.398
Custo	23.220	12.702	35.922
Depreciação acumulada	-	(1.524)	(1.524)
Saldo contábil líquido	23.220	11.178	34.398

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	7.086	12.051	19.137
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	7.086	11.558	18.644
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	7.086	11.558	18.644
Em 30 de setembro de 2017			
Saldo inicial	7.086	11.558	18.644
Depreciação	-	(380)	(380)
Saldo contábil líquido	7.086	11.178	18.264
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(1.524)	(1.524)
Saldo contábil líquido	7.086	11.178	18.264

Terrenos

Se refere principalmente a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição. A implantação de parques eólicos está em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

Em reunião do conselho de administração realizada em 18 de dezembro de 2015 foi aprovada a compra do terreno onde está localizada a sede da Koch Metalúrgica S.A. na cidade de Cachoeirinha - RS com área total de 67.957 m² pelo valor de R\$ 6.926, para possível implantação futura, sem data prevista, de uma fábrica de embalagem no local.

Edificações

Se refere a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC com área construída de 25.271 m², tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

Também passaram a compor as propriedades para investimentos as edificações adquiridas juntamente com o terreno onde está localizada a sede da Koch Metalúrgica S.A. com área construída de 16.339 m² e valor de R\$ 8.229.

As receitas e despesas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>30.09.17</u>	<u>30.09.16</u>
Receitas de aluguéis	940	1.843
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(551)	(578)

As propriedades para investimento estão reconhecidas ao custo histórico, e para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2016, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$ 54.132 na controladora e de R\$ 35.980 no consolidado. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares.



14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	183.027	156.265	393.972	2.907	6.281	29.399	6.217	11.459	789.527
Aquisições	-	-	6.353	1.177	693	43.145	609	-	51.977
Baixas	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(162)	-	(1.326)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.733)	(53.177)	(847)	(2.031)	-	(2.222)	(625)	(61.635)
Saldo contábil líquido	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Custo	183.027	210.545	802.756	6.647	15.393	45.660	26.747	16.061	1.306.836
Depreciação acumulada	-	(53.027)	(434.072)	(3.423)	(10.239)	-	(22.305)	(5.227)	(528.293)
Saldo contábil líquido	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Em 30 de setembro de 2017									
Saldo inicial	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Aquisições	-	-	5.591	37	26	20.175	1.006	-	26.835
Baixas	-	-	(348)	-	-	(2)	(98)	-	(448)
Transferências	-	2.716	18.382	1.637	2.551	(25.286)	-	-	-
Depreciação	-	(3.695)	(29.661)	(810)	(1.406)	-	(1.656)	(483)	(37.711)
Saldo contábil líquido	183.027	156.539	362.648	4.088	6.325	40.547	3.694	10.351	767.219
Custo	183.027	213.261	826.188	8.321	17.825	40.547	27.640	16.061	1.332.870
Depreciação acumulada	-	(56.722)	(463.540)	(4.233)	(11.500)	-	(23.946)	(5.710)	(565.651)
Saldo contábil líquido	183.027	156.539	362.648	4.088	6.325	40.547	3.694	10.351	767.219



Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	251.329	157.942	394.036	3.337	6.685	29.399	6.223	11.459	860.410
Aquisições	-	-	6.370	1.177	700	43.145	609	-	52.001
Baixas	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(163)	-	(1.327)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.929)	(53.192)	(949)	(2.038)	-	(2.227)	(625)	(61.960)
Saldo contábil líquido	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Custo	251.329	215.067	802.850	7.205	16.028	45.660	26.787	16.061	1.380.987
Depreciação acumulada	-	(56.068)	(434.100)	(3.653)	(10.470)	-	(22.345)	(5.227)	(531.863)
Saldo contábil líquido	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Em 30 de setembro de 2017									
Saldo inicial	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Aquisições	-	-	5.712	81	34	20.175	1.006	-	27.008
Baixas	(4)	-	(396)	-	(78)	(2)	(98)	-	(578)
Transferências	-	2.716	18.382	1.637	2.551	(25.286)	-	-	-
Depreciação	-	(3.832)	(29.674)	(884)	(1.422)	-	(1.656)	(484)	(37.952)
Saldo contábil líquido	251.325	157.883	362.774	4.386	6.643	40.547	3.694	10.350	837.601
Custo	251.325	217.783	826.357	8.923	18.392	40.547	27.680	16.061	1.407.068
Depreciação acumulada	-	(59.900)	(463.583)	(4.537)	(11.749)	-	(23.986)	(5.711)	(569.467)
Saldo contábil líquido	251.325	157.883	362.774	4.386	6.643	40.547	3.694	10.350	837.601

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	<i>Goodwill</i>	Carteira de Clientes	<i>Software</i>	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.396	110.486
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.069</u>	<u>112.367</u>
Custo	104.380	5.502	11.861	121.743
Amortização acumulada	-	(1.584)	(7.792)	(9.376)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.069</u>	<u>112.367</u>
Em 30 de setembro de 2017				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.069	112.367
Aquisições	-	-	1.692	1.692
Amortização	-	(594)	(851)	(1.445)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.324</u>	<u>4.910</u>	<u>112.614</u>
Custo	104.380	5.502	13.553	123.435
Amortização acumulada	-	(2.178)	(8.643)	(10.821)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.324</u>	<u>4.910</u>	<u>112.614</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.931	111.021
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
Custo	104.380	7.081	10.821	122.282
Amortização acumulada	-	(3.163)	(6.217)	(9.380)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
Em 30 de setembro de 2017				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.604	112.902
Aquisições	-	-	1.692	1.692
Amortização	-	(594)	(851)	(1.445)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.324</u>	<u>5.445</u>	<u>113.149</u>
Custo	104.380	7.081	12.513	123.974
Amortização acumulada	-	(3.757)	(7.068)	(10.825)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.324</u>	<u>5.445</u>	<u>113.149</u>

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	30.09.17	31.12.16
Prédios e construções *	2,50	2,19
Equipamentos e instalações **	6,78	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Administrativos	619	706	861	871
Produtivos	37.092	29.429	37.091	29.429
	<u>37.711</u>	<u>30.135</u>	<u>37.952</u>	<u>30.300</u>

A abertura da amortização do intangível para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Administrativos	1.228	530	1.228	530
Produtivos	217	93	217	93
	<u>1.445</u>	<u>623</u>	<u>1.445</u>	<u>623</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras. Os valores apresentados estão baseados em laudos de avaliação específica na data da contratação das operações ou em avaliações posteriores, de acordo com o determinado em contrato, conforme descrito abaixo:

	30.09.17
Equipamentos e instalações	109.877
Prédios e construções	80.011
Terrenos	415.634
Total de imobilizado em garantias	<u>605.522</u>

g) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 uma amortização de R\$ 594 (R\$ 594 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 3.324. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

h) *Goodwill*

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 30 de setembro de 2017 não foi necessária a realização do teste, pois o mesmo é realizado anualmente.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	5,5%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	27,7%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (<i>Wacc</i>)	9,66%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período.

A Administração acredita ser razoavelmente possível que alterações futuras no preço de venda líquido dos impostos possam fazer com que o valor recuperável da UGC seja alterado. Para fins de cálculo de sensibilidade, avaliamos que mesmo com uma queda de 5% no preço líquido dos produtos para os próximos seis anos do fluxo de caixa descontado, o valor recuperável ainda se mantém superior ao valor em uso.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Custo de formação dos ativos biológicos	34.942	31.372	53.375	48.398
Diferencial do valor justo ativos biológicos	53.245	38.324	192.772	187.009
	<u>88.187</u>	<u>69.696</u>	<u>246.147</u>	<u>235.407</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 150.379 (R\$ 127.722 em 31 de dezembro de 2016) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes o montante de R\$ 117.979 (R\$ 95.363 em 31 de dezembro de 2016) se referem a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 95.768 (R\$ 107.685 em 31 de dezembro de 2016), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras intermediárias.

	Consolidado		
	30.09.17	31.12.16	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	20.370	19.837	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	9,00%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	10,00%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	10,00%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	49,00	48,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	39,7	39,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	21,9	21,9	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina diferem em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a

utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em M³ por hectare/ano.

Neste período a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Nos primeiros nove meses de 2017 as florestas da controlada Habitasul Florestal S.A., localizada no Rio Grande do Sul, tiveram a incidência de incêndio florestal. No total o incêndio consumiu 1.255 hectares florestados com pinus, sendo 77 hectares de floresta adulta que não sofreu grandes danos, podendo ainda ser resinadas e ter sua madeira comercializada, e 1.178 hectares de florestas jovens, com idades entre 1 a 8 anos, que necessitarão serem reformadas.

A Companhia reconheceu os efeitos deste evento no valor justo dos ativos biológicos que foi estimado em aproximadamente R\$ 5.400, juntamente com os demais efeitos de variação do valor justo, nas demonstrações financeiras dos primeiros nove meses de 2017.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.15	92.870	261.559
Plantio	5.115	7.370
Exaustão		
Custo histórico	(12.049)	(17.418)
Valor justo	(18.178)	(43.498)
Variação do valor justo	1.938	27.394
Saldo em 31.12.16	<u>69.696</u>	<u>235.407</u>
Plantio	3.586	5.921
Exaustão		
Custo histórico	(15)	(657)
Valor justo	(21)	(5.689)
Variação do valor justo	14.941	11.165
Saldo em 30.09.17	<u>88.187</u>	<u>246.147</u>

A exaustão dos ativos biológicos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi

substancialmente reconhecida no resultado do período, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia e a sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. celebraram com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. (“Global”), Contrato de Compra e Venda de Floresta, por meio do qual a Companhia vendeu à Global aproximadamente 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500, de forma que a Global explorará as Florestas ao longo do prazo de 11 anos. As florestas vendidas não comprometem o suprimento florestal da Companhia uma vez que excedem ao necessário para a estratégia de suprimento da fábrica de celulose.

Em decorrência da Operação, a Global e a Companhia também celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às Florestas, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

A Global outorgou ainda opções de compra anuais, a serem exercidas ao longo dos próximos 11 (onze) anos, em favor da Irani Participações S.A., controladora da Companhia, em relação à aquisição de talhões das Florestas, de forma que a Irani Participações S.A., diretamente ou por meio de uma afiliada, inclusive a Companhia, poderá adquiri-los durante esse período. As opções de compra das florestas podem ou não serem exercidas pela Irani Participações ou pela Companhia, pois dependem da evolução do mercado de florestas e da estratégia de suprimento de madeira da Companhia.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 79.380, o que representa aproximadamente 32% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 15,8 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 6,7 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa aproximadamente 10% da área total com ativos biológicos da Companhia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
a) Abertura dos saldos contábeis

	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
		30.09.17	31.12.16
Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,24%, TJLP + 3,73%, Selic + 5,62% e ECM + 3,65%	5.615	7.580
Capital de giro	Fixo a 12,75% e CDI + 3,78%	104.807	112.328
Capital de giro - CDCA	IPCA + 10,22%	-	22.629
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	39.427	7.172
Leasing financeiro	Fixo a 17,03%	578	263
BNDES	TJLP + 3,60%	7.996	7.509
Total moeda nacional		158.423	157.481
Moeda estrangeira			
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 4,72% e 6,80%	25.354	28.807
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 8,00%	40	24.360
Banco Itaú BBA - CCE	Fixo a 5,80%	-	8.087
Banco Santander PPE	Libor + 5,50%	3.934	3.657
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 5,95%	63.066	43.108
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	1.281	1.110
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	307	316
Total moeda estrangeira		93.982	109.445
Total do circulante		252.405	266.926
Não Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,24%, TJLP + 3,73%, Selic + 5,62% e ECM + 3,65%	7.129	8.495
Capital de giro	Fixo a 12,75% e CDI + 3,78%	87.690	119.492
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	142.284	177.451
Leasing financeiro	Fixo a 17,03%	798	471
BNDES	TJLP + 3,60%	35.444	41.088
Total moeda nacional		273.345	346.997
Moeda estrangeira			
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 8,00%	117.555	104.000
Banco Santander PPE	Libor + 5,50%	3.505	3.606
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 5,95%	115.636	151.327
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	2.581	2.950
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	843	1.103
Total moeda estrangeira		240.120	262.986
Total do não circulante		513.465	609.983
Total		765.870	876.909
		Controladora e Consolidado	
		30.09.17	31.12.16
Vencimentos no longo prazo:			
	2018	55.269	221.707
	2019	186.356	187.603
	2020	169.621	129.824
	2021 a 2024	102.219	70.849
		513.465	609.983

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado					
	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Em moeda nacional						
Capital de giro	(388)	(863)	(272)	(94)	(4)	(1.621)
Capital de giro - Operação Sindicalizada CCE	(312)	(1.122)	(842)	(504)	(111)	(2.891)
Total moeda nacional	<u>(700)</u>	<u>(1.985)</u>	<u>(1.114)</u>	<u>(598)</u>	<u>(115)</u>	<u>(4.512)</u>
Em moeda estrangeira						
Banco Credit Suisse - PPE	(257)	(832)	(396)	(21)	-	(1.506)
Banco Rabobank e Santander PPE	(89)	(311)	(233)	(150)	(71)	(854)
Banco LBBW - FINIMP	(15)	(15)	-	-	-	(30)
Total moeda estrangeira	<u>(361)</u>	<u>(1.158)</u>	<u>(629)</u>	<u>(171)</u>	<u>(71)</u>	<u>(2.390)</u>
	<u>(1.061)</u>	<u>(3.143)</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(769)</u>	<u>(186)</u>	<u>(6.902)</u>

c) Operações significativas contratadas no período

- i) Adiantamento de Contrato de Câmbio: firmados contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante total de US\$ 7.708 (equivalentes a R\$ 24.273 na data de contratação) com vencimentos até agosto de 2018 e taxas de juros fixas de 4,72% a 6,80% a.a.
- ii) Capital de Giro Banco BTG Pactual CCE: firmado contrato de CCE junto ao Banco BTG Pactual no valor de R\$ 38,3 milhões, com vencimento em novembro de 2018 e taxa de juros de CDI + 4,30% a.a. O empréstimo será liquidado em parcelas trimestrais a partir de fevereiro de 2018.
- iii) Banco Credit Suisse – PPE: firmado alongamento do contrato que previa vencimento em fevereiro de 2020 e custo de Libor 3M + 7,50% a.a. A operação será liquidada trimestralmente sendo o vencimento em agosto de 2021 e custo de Libor 3M + 8% a.a.
- iv) Banco Safra CCE: firmado alongamento e consolidação de contratos que previam vencimento em novembro de 2019 e custo médio de 128% do CDI. A operação será liquidada mensalmente sendo o vencimento final em junho de 2020 e custo de 137% do CDI.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas) e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 248.049. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 164.878.
- iii) Para o empréstimo de Capital de Giro – Operação Sindicalizada, contratada junto aos bancos Itaú, Santander e Rabobank, foram oferecidos como garantias terras e florestas no valor de R\$ 156.709 e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 15.000.
- iv) Para o financiamento contratado junto ao BNDES foram oferecidos como garantias um imóvel industrial abrangendo terreno, construções e equipamentos, dois imóveis comerciais e um residencial, que perfazem um montante de R\$ 121.436.
- v) Para empréstimo de capital de giro – Operação CCE contratada junto ao BTG Pactual foram oferecidos como garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da Companhia no valor de R\$ 61.004, em favor do Agente Fiduciário:
 - Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
 - Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade Papel MG – Santa Luzia;
 - Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis sobre o saldo devedor do principal durante a vigência do empréstimo.

e) Cláusulas Financeiras Restritivas

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas conforme abaixo:

- i) Banco Itaú BBA – CCE
- ii) Banco Santander Brasil – PPE
- iii) Banco Rabobank e Santander – PPE
- iv) Banco Rabobank – CCE
- v) Banco Santander – CCE

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e à partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos à partir de 31 de dezembro de 2013.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos à partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

vi) Banco BTG - CCE

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,00x (quatro vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes).

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

vii) Banco Credit Suisse - PPE

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) 3,00x (três vezes) para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes) para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,75x (três vírgula setenta e cinco vezes) para os trimestres entre 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014; (iv) 4,50x (quatro vírgula cinco vezes) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (v) 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014; (vi) 4,25x (quatro vírgula vinte e cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2015 a 30 de setembro de 2015 ; (vii) 3x (três vezes) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015; (viii) 4,50x (quatro vírgula cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2016 a 31 de dezembro de 2016; (ix) 4,25x (quatro vírgula vinte e cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2017 e 30 de junho de 2017; (x) 6,00x (seis vezes) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017; (xi) 5,00x (cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de dezembro de 2017 até 30 de setembro de 2018; (xii) 4,50x (quatro vírgula cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de dezembro de 2018 até 30 de setembro de 2019; (xiii) 4,00x (quatro vezes) para os trimestres findos entre 31 de dezembro de 2019 até 30 de setembro de 2020; e, (xiv) 3,50x (três vírgula cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de dezembro de 2020 até 30 de junho de 2021;

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) 2,00x (duas vezes) para os trimestres fiscais findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2017; (ii) 1,25x (um vírgula vinte e cinco vezes) para o trimestre fiscal findo em 30 de setembro de 2017; (iii) 1,50x (um vírgula cinco vezes) para os trimestres fiscais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018; (iv) 1,75x (um vírgula setenta e cinco vezes) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2018 e 30 de setembro de 2018; (v) 2,00x (duas vezes) para os trimestres fiscais findos entre 31 de dezembro de 2018 até 30 de junho de 2021;

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia atendeu os indicadores financeiros contratados junto ao Banco Credit Suisse.

viii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016: 3,8x (três vírgula oitenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017: 4,00x (quatro vezes) e à partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos à partir de 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

17. DEBÊNTURES

a) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			30.09.17	31.12.16
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	30.11.12	CDI + 2,75%	13.395	12.077
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30%	-	19.037
Total do circulante			13.395	31.114
Não Circulante				
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30%	-	9.352
Total do não circulante			-	9.352
Total			13.395	40.466

	Controladora e Consolidado	
Vencimentos a longo prazo:	30.09.17	31.12.16
2018	-	9.352
	-	9.352

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Emissão	2017
Em moeda nacional		
Debêntures Simples	30.11.12	(16)
Total moeda nacional		(16)

c) Garantias

- i) As Debêntures emitidas em 30 de novembro de 2012 contam com garantias reais no valor de R\$ 13.335 constituídas em aplicações financeiras junto ao Banco Itaú.

d) Cláusulas Financeiras Restritivas

As Debêntures Simples emitidas em 30 de novembro de 2012, possuem cláusulas restritivas com verificação anual, conforme estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e à partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos à partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

As Debêntures Simples emitidas em 20 de maio de 2013, possuíam cláusulas restritivas com verificação anual, conforme estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e à partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes), exceto para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016, no qual deverá ser observado o limite de 4,5x.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos à partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2017 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, pois os mesmos são medidos anualmente.

As Debêntures Simples emitidas em 20 de maio de 2013 foram liquidadas no terceiro trimestre de 2017.



18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Interno				
Materiais	54.884	57.539	55.106	57.578
Prestador de serviços	7.283	6.118	7.428	6.254
Transportadores	13.576	14.852	13.583	14.858
Partes relacionadas	6.777	32.181	-	-
Outros	639	824	639	824
Externo				
Materiais	327	335	327	335
	<u>83.486</u>	<u>111.849</u>	<u>77.083</u>	<u>79.849</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Habitasul Florestal S.A.	17.599	4.400	-	983
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	6.755	31.349
Remuneração dos administradores	-	-	837	828
Participação dos administradores	-	-	692	692
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	17	17	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	56	-	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	19.667	18.960	-	-
Total	<u>37.339</u>	<u>23.377</u>	<u>8.284</u>	<u>33.852</u>
Parcela circulante	19.596	4.417	8.284	33.852
Parcela não circulante	17.743	18.960	-	-

Controladora	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Período de 3 meses findos em		Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Habitasul Florestal S.A.	-	-	1.367	1.183	-	-	6.760	7.783
Gratificações à Administradores	-	-	-	-	-	-	5.000	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	5.735	1.825	-	-	7.345	12.769
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	72	73	-	-	217	207
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	324	309	-	-	983	927
Irani Participações S/A	-	-	120	120	-	-	360	360
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	44	45	-	-	132	149
Koch Metalúrgica S.A.	150	457	-	-	450	1.371	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.815	2.000	-	-	5.998	5.824
Total	<u>150</u>	<u>457</u>	<u>9.477</u>	<u>5.555</u>	<u>450</u>	<u>1.371</u>	<u>26.795</u>	<u>28.019</u>



Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	17	17	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	19.667	18.960	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	837	828
Gratificações à Administradores	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	692	692
Total	19.684	18.977	1.529	1.520
Parcela circulante	1.941	17	1.529	1.520
Parcela não circulante	17.743	18.960	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Período de 3 meses findos em		Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Irani Participações S/A	-	-	120	120	-	-	360	360
Gratificações à Administradores	-	-	-	-	-	-	5.000	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	72	73	-	-	217	207
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	324	309	-	-	983	927
Remuneração dos administradores	-	-	1.829	2.013	-	-	6.051	5.867
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	44	45	-	-	132	149
Koch Metalúrgica S.A.	150	457	-	-	450	1.371	-	-
Total	150	457	2.389	2.560	450	1.371	12.743	7.510

Os débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora da controlada Habitasul Florestal S.A. são referentes aos dividendos do exercício de 2016.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 119, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 238 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os créditos junto a Koch Metalúrgica S.A. são decorrentes de adiantamento para fornecimento de equipamentos.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 6.051 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 5.867 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2017 no valor máximo de R\$ 12.000. Em 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou gratificação no valor de R\$ 5.000 ao ex-Presidente do Conselho de Administração, Dr. Péricles de Freitas Druck, em agradecimento pela inestimável contribuição prestada no desenvolvimento dos negócios da Companhia, o qual apresentou sua renúncia, visando dar continuidade ao processo de sucessão na administração das empresas do Grupo.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Provisões cíveis	1.637	1.400	1.637	1.400
Provisões trabalhistas	3.401	3.677	3.442	3.677
Provisões tributárias	19.326	1.027	19.326	1.027
Total	24.364	6.104	24.405	6.104

Controladora	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	30.09.17
	Cível	1.400	303	-	(66)
Trabalhista	3.677	712	(384)	(604)	3.401
Tributária	1.027	18.299	-	-	19.326
	6.104	19.314	(384)	(670)	24.364

Consolidado	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	30.09.17
	Cível	1.400	303	-	(66)
Trabalhista	3.677	753	(384)	(604)	3.442
Tributária	1.027	18.299	-	-	19.326
	6.104	19.355	(384)	(670)	24.405

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 30 de setembro de 2017, havia R\$ 1.637 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém

provisionado R\$ 3.442 em 30 de setembro de 2017, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.

c) As provisões tributárias totalizam um valor de R\$ 19.326, e se referem principalmente à:

i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 736. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

ii) Compensação de tributos federais referente às suas operações que tem como base a exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e da COFINS e que em 14 de março de 2017 foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e definiu que “ o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. O montante compensado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R\$ 15.801, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 18.220.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 30 de setembro de 2017, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Contingências trabalhistas	11.836	11.924
Contingências cíveis	7.090	6.944
Contingências tributárias	89.955	84.802
	<u>108.881</u>	<u>103.670</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 11.836 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 7.090 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 89.955 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo nº. 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 12.601, referente a auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O referido processo teve seu tramite encerrado no âmbito administrativo, tendo sido ajuizada a execução fiscal nº 5003956-50.2016.404.7203, atualmente encontra-se aguardando julgamento dos Embargos à Execução Fiscal nº 5001969-42.2017.4.04.7203.
- Execução Fiscal nº. 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 5.195, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº.2005.71.00.002527-8.
- Processo Administrativo nº. 11080-729.991/2016-55 com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 871, referente a auto de infração do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, no qual se discute compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia. O referido processo encontra-se aguardando julgamento de impugnação.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 5.799, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos nº. 11080.014747/2008-84 com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 2.440, referente a Autos de Infração de IRPJ. A Companhia aguarda julgamento de seu Recursos Especial no âmbito administrativo.

- Processos Administrativos nº. 11080.014746/2008-30 com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 636 referente a Autos de Infração de CSLL. O referido processo teve seu trâmite encerrado no âmbito administrativo, tendo sido ajuizada a execução fiscal nº 5042523-71.2016.4.04.7100, atualmente aguarda o julgamento dos Embargos à Execução Fiscal nº 5080232-43.2016.4.04.7100.
- Processo administrativo nº 11080.009902/2006-89, com valor total atualizado em 30 de setembro de 2017 de R\$ 1.264, refere-se a compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações. O referido processo teve seu trâmite encerrado no âmbito administrativo, atualmente aguarda ajuizamento da respectiva Execução Fiscal para iniciar sua discussão no âmbito judicial.
- Processo administrativo nº. 11080.009905/2006-12, com valor total atualizado em 30 de setembro de 2017 de R\$ 5.767, refere-se a compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações. O referido processo teve seu trâmite encerrado no âmbito administrativo, tendo sido ajuizada a execução fiscal nº 5001467-40.2016.4.04.7203, atualmente aguarda o julgamento dos Embargos a Execução Fiscal nº 5000889-43.2017.4.04.7203
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 40.796. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 161.895 (R\$ 161.895 em 31 de dezembro de 2016), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de Tag Along de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		30.09.17		31.12.16	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

c. Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. As opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

- i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.
- ii) A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.
- iii) A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.
- iv) A Reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii., da nota explicativa nº 32, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos tributos em 30 de setembro de 2017 corresponde a um ganho de R\$ 202.366, (R\$ 209.075 em 31 de dezembro de 2016).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos tributos em 30 de setembro de 2017 corresponde a uma perda de R\$ 68.986, (R\$ 81.568 em 31 de dezembro de 2016).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:



	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>73.029</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	63.425
Realização - custo atribuído	(8.947)
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>127.507</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	12.583
Realização - custo atribuído	(6.710)
Em 30 de Setembro de 2017	<u>133.380</u>

22. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO

O (prejuízo)/lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o (prejuízo)/lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

(Prejuízo)/lucro básico e diluído das operações continuadas:

	<u>Período de 3 meses findos em 30.09.17</u>		
	<u>Ações ON</u>	<u>Ações PN</u>	<u>Ações ON e PN</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	2.978	202	3.180
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0194</u>	<u>0,0194</u>	

	<u>Período de 3 meses findos em 30.09.16</u>		
	<u>Ações ON</u>	<u>Ações PN</u>	<u>Ações ON e PN</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro líquido do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(6.492)	(441)	(6.933)
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,0422)</u>	<u>(0,0422)</u>	



	Período de 9 meses findos em 30.09.17		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro/Prejuízo líquido do período atribuível a cada espécie de ações	(9.131)	(621)	(9.752)
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,0593)	(0,0593)	

	Período de 9 meses findos em 30.09.16		
	Ações ON	Ações PN	Ações ON e PN
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro/Prejuízo líquido do período atribuível a cada espécie de ações	(5.363)	(364)	(5.727)
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,0349)	(0,0349)	

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receita bruta de vendas de produtos	285.190	256.778	809.873	752.898
Impostos sobre as vendas	(60.641)	(59.490)	(178.980)	(165.676)
Devoluções de vendas	(2.828)	(2.951)	(8.279)	(9.844)
Receita líquida de vendas	221.721	194.337	622.614	577.378

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receita bruta de vendas de produtos	288.125	258.024	816.416	759.367
Impostos sobre as vendas	(60.886)	(59.589)	(179.459)	(166.319)
Devoluções de vendas	(2.884)	(2.951)	(8.406)	(9.843)
Receita líquida de vendas	224.355	195.484	628.551	583.205

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(114.476)	(109.136)	(331.318)	(289.898)
Gastos com pessoal	(37.378)	(33.363)	(107.333)	(100.719)
Variação valor justo ativos biológicos	7.047	(173)	14.941	11.244
Depreciação, amortização e exaustão	(13.750)	(16.111)	(39.572)	(77.289)
Fretes de vendas	(11.760)	(11.333)	(34.015)	(34.539)
Contratação de serviços	(5.366)	(3.472)	(16.899)	(14.371)
Outras despesas com vendas	(9.590)	(9.269)	(30.176)	(27.022)
Total custos e despesas por natureza	(185.273)	(182.857)	(544.372)	(532.594)
Parcela do custo	(158.005)	(149.042)	(450.704)	(442.195)
Parcela da despesa	(34.315)	(33.642)	(108.609)	(101.643)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7.047	(173)	14.941	11.244

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(108.245)	(108.605)	(319.494)	(251.476)
Gastos com pessoal	(39.638)	(33.363)	(114.640)	(105.510)
Variação valor justo ativos biológicos	5.849	2.487	11.165	15.316
Depreciação, amortização e exaustão	(17.481)	(17.747)	(46.123)	(107.352)
Fretes de vendas	(11.760)	(11.333)	(34.015)	(34.539)
Contratação de serviços	(5.675)	(3.472)	(17.835)	(14.506)
Outras despesas com vendas	(9.590)	(9.269)	(30.176)	(27.022)
Total custos e despesas por natureza	(186.540)	(181.302)	(551.118)	(525.089)
Parcela do custo	(157.713)	(149.937)	(452.550)	(437.775)
Parcela da despesa	(34.676)	(33.852)	(109.733)	(102.630)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	5.849	2.487	11.165	15.316

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receita de bens sinistrados e alienados	97	461	595	1.981
Receita de alienação de florestas	-	-	-	34.700
Outras receitas operacionais	614	1.073	2.176	2.935
	<u>711</u>	<u>1.534</u>	<u>2.771</u>	<u>39.616</u>
Despesas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Custo dos bens sinistrados e alienados	(212)	(419)	(373)	(1.724)
Custo das florestas alienadas	-	(20)	-	(30.289)
Constituição previdenciária sobre a provisão de férias de exercícios anteriores	-	-	-	(1.988)
Efeito da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	(1.316)	-	(1.316)	-
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	(9.656)	-	(15.801)	-
Outras despesas operacionais	(136)	(13)	(1.033)	(1.042)
	<u>(11.320)</u>	<u>(452)</u>	<u>(18.523)</u>	<u>(35.043)</u>
Total	(10.609)	1.082	(15.752)	4.573
Receitas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receita de bens sinistrados e alienados	97	461	645	1.981
Receita de alienação de florestas	-	-	-	55.500
Outras receitas operacionais	627	1.078	2.200	2.949
	<u>724</u>	<u>1.539</u>	<u>2.845</u>	<u>60.430</u>
Despesas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Custo dos bens sinistrados e alienados	(212)	(419)	(422)	(1.724)
Custo das florestas alienadas	-	(20)	-	(51.845)
Constituição previdenciária sobre a provisão de férias de exercícios anteriores	-	-	-	(1.988)
Efeito da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	(1.316)	-	(1.316)	-
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	(9.656)	-	(15.801)	-
Outras despesas operacionais	(127)	(30)	(1.028)	(1.063)
	<u>(11.311)</u>	<u>(469)</u>	<u>(18.567)</u>	<u>(56.620)</u>
Total	(10.587)	1.070	(15.722)	3.810



Neste período a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), reconhecendo em outras despesas operacionais o valor de R\$ 1.316, principalmente referente a débito de IPI presumido sobre exportação no montante de R\$ 1.170.

A despesa descrita como exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS se refere à constituição de provisão para riscos tributários descrito na nota explicativa nº 20 c.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	859	732	6.501	4.159
Juros	989	563	1.994	1.947
Descontos obtidos	28	22	87	130
	<u>1.876</u>	<u>1.317</u>	<u>8.582</u>	<u>6.236</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	4.972	2.803	11.465	18.884
Variação cambial passiva	(4.978)	(9.307)	(20.199)	(34.349)
Variação cambial líquida	<u>(6)</u>	<u>(6.504)</u>	<u>(8.734)</u>	<u>(15.465)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(25.677)	(22.539)	(78.686)	(70.501)
Descontos concedidos	(122)	(356)	(252)	(564)
Deságios/despesas bancárias	(3)	(16)	(26)	(65)
Outros	(371)	(292)	(1.251)	(1.052)
	<u>(26.173)</u>	<u>(23.203)</u>	<u>(80.215)</u>	<u>(72.182)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.303)</u>	<u>(28.390)</u>	<u>(80.367)</u>	<u>(81.411)</u>
	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	860	1.412	7.339	6.855
Juros	989	587	1.997	1.980
Descontos obtidos	28	22	89	132
	<u>1.877</u>	<u>2.021</u>	<u>9.425</u>	<u>8.967</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	4.972	2.803	11.465	18.884
Variação cambial passiva	(4.978)	(9.307)	(20.199)	(34.349)
Variação cambial líquida	<u>(6)</u>	<u>(6.504)</u>	<u>(8.734)</u>	<u>(15.465)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(25.677)	(22.540)	(78.686)	(70.505)
Descontos concedidos	(143)	(356)	(273)	(564)
Deságios/despesas bancárias	(3)	(16)	(35)	(68)
Outros	(372)	(296)	(1.252)	(1.056)
	<u>(26.195)</u>	<u>(23.208)</u>	<u>(80.246)</u>	<u>(72.193)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.324)</u>	<u>(27.691)</u>	<u>(79.555)</u>	<u>(78.691)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
(Prejuízo)/Lucro operacional antes dos efeitos tributários	2.885	(12.775)	(18.103)	(17.930)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(981)	4.344	6.155	6.096
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	459	1.038	(77)	4.802
Outras diferenças permanentes	817	460	2.273	1.305
	<u>295</u>	<u>5.842</u>	<u>8.351</u>	<u>12.203</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferido	295	5.842	8.351	12.201
Taxa efetiva - %	(10,2)	45,7	46,1	68,1

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 9 meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro/Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	2.904	(12.439)	(17.844)	(16.765)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(987)	4.229	6.067	5.700
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Controladas tributadas pelo lucro presumido	(462)	750	(192)	3.341
Outras diferenças permanentes	1.725	527	2.217	1.997
	<u>276</u>	<u>5.506</u>	<u>8.092</u>	<u>11.038</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(81)	(267)	(455)	(1.092)
Imposto de renda e contribuição social diferido	357	5.773	8.547	12.130
Taxa efetiva - %	(9,5)	44,3	45,3	65,8

28. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantém contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 576.240. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de

24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos bancos conta vinculada), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 30 de setembro de 2017 foi de 38% capital próprio e 62% capital de terceiros, principalmente em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 42,87% da dívida total da Companhia, e também do efeito da variação cambial que reduz o Patrimônio Líquido em R\$ 68.986 pela contabilização do *Hedge Accounting*.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Dívida (a)	779.265	917.375	779.265	917.375
Caixa e saldos de bancos	(36.455)	(82.844)	(36.947)	(103.885)
Bancos conta vinculada	(23.416)	(94.198)	(23.416)	(94.198)
Dívida Líquida	<u>719.394</u>	<u>740.333</u>	<u>718.902</u>	<u>719.292</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>448.022</u>	<u>445.191</u>	<u>448.029</u>	<u>445.201</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,61</u>	<u>1,66</u>	<u>1,60</u>	<u>1,62</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	36.455	82.844	36.947	103.885
Conta a receber de clientes	175.557	153.644	177.096	154.227
Outras contas a receber	16.898	20.534	16.991	20.585
Bancos conta vinculada	23.416	94.198	23.416	94.198
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	765.870	876.909	765.870	876.909
Debêntures	13.395	40.466	13.395	40.466
Fornecedores	83.486	111.849	77.083	79.849

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Considerando que os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua maior exigibilidade no longo prazo, a Companhia protege a exposição cambial líquida com o equivalente a 30 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, e 26 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Contas a receber	15.823	20.062	15.823	20.062
Bancos conta vinculada	7.874	13.537	7.874	13.537
Adiantamento de clientes	(165)	(139)	(165)	(139)
Fornecedores	(327)	(335)	(327)	(335)
Empréstimos e financiamentos	(334.102)	(372.431)	(334.102)	(372.431)
Exposição líquida	(310.897)	(339.306)	(310.897)	(339.306)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2017).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

Operação	Saldo 30.09.17 U\$\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	7.480	3,20	242	4,00	6.227	4,80	12.215
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(155)	3,20	(5)	4,00	(129)	4,80	(253)
Empréstimos e financiamentos	(105.461)	3,20	(3.411)	4,00	(87.789)	4,80	(172.218)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa sobre exportações	95.876	3,20	<u>3.101</u>	4,00	<u>79.810</u>	4,80	<u>156.566</u>
Efeito líquido			<u>(73)</u>		<u>(1.881)</u>		<u>(3.690)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 30 de setembro de 2017 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), LIBOR (London Interbank Offered Rate), EURIBOR (The Euro Interbank Offered Rate) e ECM (Encargos da Cesta de Moedas).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2017). A TJLP é extraída do BNDES. Para LIBOR, EURIBOR e EMC são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

Operação	Indexador	Saldo 30.09.17	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	48.849	7,34%	(295)	9,18%	382	11,01%	1.058
Captações								
Capital de Giro	CDI	(362.534)	7,34%	3.158	9,18%	(4.086)	11,01%	(11.330)
Debêntures	CDI	(13.411)	7,34%	110	9,18%	(143)	11,01%	(395)
BNDES	TJLP	(43.439)	7,00%	-	8,75%	(760)	10,50%	(1.520)
Finame	TJLP	(5.585)	7,00%	-	8,75%	(98)	10,50%	(195)
Finame	SELIC	(495)	7,35%	5	9,19%	(5)	11,03%	(14)
Finame	ECM	(151)	4,40%	-	5,49%	(2)	6,59%	(3)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(298.657)	1,36%	(86)	1,70%	(1.103)	2,04%	(2.121)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 12M	(7.439)	1,83%	(4)	2,29%	(38)	2,75%	(72)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor 6M	(3.891)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Efeito Líquido no Resultado				<u>2.889</u>	<u>(5.853)</u>	<u>(14.592)</u>		

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos utilizamos a técnica do valor presente pela taxa de mercado atual, considerando também o risco de crédito da Companhia, sendo que o valor justo não apresenta variação significativa em relação ao valor contábil.

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos e imóveis, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Riscos de aplicações de recursos

A Companhia está exposta ao risco quanto a aplicação de recursos com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional da agência de *rating* S&P das instituições financeiras:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30.09.17</u>
<i>Rating</i> nacional AA- (br)	<u>32.931</u>
	<u>32.931</u>

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 30 de setembro de 2017 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2017	2018	2019	2020	acima 2021
Passivos					
Fornecedores	83.486	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.050	269.556	206.859	180.188	105.118
Debêntures	13.441	-	-	-	-
Outros passivos	1.330	335	-	-	-
	<u>179.307</u>	<u>269.891</u>	<u>206.859</u>	<u>180.188</u>	<u>105.118</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	36.455	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	23.416	-	-	-	-
Clientes a vencer	175.557	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	170	8.393	4.873	1.765	73
Outros ativos	14.417	-	-	-	-
	<u>250.015</u>	<u>8.393</u>	<u>4.873</u>	<u>1.765</u>	<u>73</u>
	<u>70.708</u>	<u>(261.498)</u>	<u>(201.986)</u>	<u>(178.423)</u>	<u>(105.045)</u>

Consolidado

	2017	2018	2019	2020	acima 2021
Passivos					
Fornecedores	77.083	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.050	269.556	206.859	180.188	105.118
Debêntures	13.441	-	-	-	-
Outros passivos	1.330	335	-	-	-
	<u>172.904</u>	<u>269.891</u>	<u>206.859</u>	<u>180.188</u>	<u>105.118</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	36.947	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	23.416	-	-	-	-
Clientes a vencer	177.096	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	170	8.393	4.873	1.765	73
Outros ativos	14.560	-	-	-	-
	<u>252.189</u>	<u>8.393</u>	<u>4.873</u>	<u>1.765</u>	<u>73</u>
	<u>79.285</u>	<u>(261.498)</u>	<u>(201.986)</u>	<u>(178.423)</u>	<u>(105.045)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 60.000, e que aumenta proporcionalmente na medida em que os empréstimos e financiamentos forem liquidados. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

Os instrumentos derivativos descritos abaixo, dada a sua natureza, foram considerados juntamente com a dívida um único instrumento ao custo amortizado.

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de *swap* de fluxo de caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação era de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorreram os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até sua liquidação ocorrida em março de 2017.

Essa operação de *swap* tinha o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se deram simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não estava mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia considerou os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato estava incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

- ii) Em 25 de julho de 2014, a Companhia contratou operação de *swap* de troca de taxa com Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros das operações contratadas em janeiro de 2013 entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à Exportação, cujo vencimento final ocorreria em janeiro de 2016, passando o vencimento final das operações para junho de 2017, trocando a taxa atual dos contratos que são pré-fixadas para taxas indexadas em TJLP.

Essa operação de *swap* tinha o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se deram simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não era negociável separadamente.

O valor de referência atribuído na data de contratação era de R\$ 30.000, cujo a liquidação ocorreu em junho de 2017.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos não derivativos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 68.986 (R\$ 81.568 em dezembro de 2016).

	Controladora e Consolidado 30.09.17	Controladora e Consolidado 31.12.16
Saldo inicial	123.587	219.686
Varição do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(9.591)	(77.543)
Reclassificação para resultado	(9.473)	(18.556)
	<u>104.523</u>	<u>123.587</u>
Saldo inicial	(42.019)	(74.693)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	3.261	26.365
Impostos sobre reclassificação para resultado	3.221	6.309
	<u>(35.537)</u>	<u>(42.019)</u>
Saldo Final	<u>68.986</u>	<u>81.568</u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período. Caso houvesse inefetividade no período o valor a ser reconhecido no resultado seria de R\$ 68.986.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:



Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria, Embalagem SP - Indaiatuba e Embalagem SP - Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e, extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b. Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				Total
	Período de 3 meses findos em 30.09.17				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
Vendas líquidas:					
Mercado interno	151.600	43.701	2.016	-	197.317
Mercado externo	-	19.648	7.390	-	27.038
Receita de vendas para terceiros	151.600	63.349	9.406	-	224.355
Receitas entre segmentos	-	10.826	-	(10.826)	-
Vendas líquidas totais	151.600	74.175	9.406	(10.826)	224.355
Varição valor justo ativo biológico	-	11.040	(5.191)	-	5.849
Custo dos produtos vendidos	(130.102)	(29.789)	(8.406)	10.584	(157.713)
Lucro bruto	21.498	55.426	(4.191)	(242)	72.491
Despesas operacionais	(25.061)	(7.139)	(1.032)	(12.031)	(45.263)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(3.563)	48.287	(5.223)	(12.273)	27.228
Resultado financeiro	(10.633)	(12.175)	(1.516)	-	(24.324)
Resultado operacional líquido	(14.196)	36.112	(6.739)	(12.273)	2.904

	Consolidado				Total
	Período de 9 meses findos em 30.09.17				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
Vendas líquidas:					
Mercado interno	412.934	117.623	5.559	-	536.116
Mercado externo	-	57.871	34.564	-	92.435
Receita de vendas para terceiros	412.934	175.494	40.123	-	628.551
Receitas entre segmentos	-	30.929	-	(30.929)	-
Vendas líquidas totais	412.934	206.423	40.123	(30.929)	628.551
Varição valor justo ativo biológico	-	22.510	(11.345)	-	11.165
Custo dos produtos vendidos	(367.794)	(82.894)	(32.311)	30.449	(452.550)
Lucro bruto	45.140	146.039	(3.533)	(480)	187.166
Despesas operacionais	(64.047)	(18.926)	(4.045)	(38.437)	(125.455)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(18.907)	127.113	(7.578)	(38.917)	61.711
Resultado financeiro	(34.669)	(39.912)	(4.974)	-	(79.555)
Resultado operacional líquido	(53.576)	87.201	(12.552)	(38.917)	(17.844)

	Consolidado				
	Período de 3 meses findos em 30.09.16				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	126.115	39.366	1.454	-	166.935
Mercado externo	-	17.540	11.009	-	28.549
Receita de vendas para terceiros	126.115	56.906	12.463	-	195.484
Receitas entre segmentos	-	4.030	-	(4.030)	-
Vendas líquidas totais	126.115	60.936	12.463	(4.030)	195.484
Varição valor justo ativo biológico	-	1.615	872	-	2.487
Custo dos produtos vendidos	(111.482)	(30.753)	(11.630)	3.928	(149.937)
Lucro bruto	14.633	31.798	1.705	(102)	48.034
Despesas operacionais	(16.698)	(5.327)	(1.099)	(9.658)	(32.782)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.065)	26.471	606	(9.760)	15.252
Resultado financeiro	(11.877)	(14.614)	(1.200)	-	(27.691)
Resultado operacional líquido	(13.942)	11.857	(594)	(9.760)	(12.439)

	Consolidado				
	Período de 9 meses findos em 30.09.16				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	363.463	103.316	4.749	-	471.528
Mercado externo	-	66.841	44.836	-	111.677
Receita de vendas para terceiros	363.463	170.157	49.585	-	583.205
Receitas entre segmentos	-	11.096	-	(11.096)	-
Vendas líquidas totais	363.463	181.253	49.585	(11.096)	583.205
Varição valor justo ativo biológico	-	12.137	3.179	-	15.316
Custo dos produtos vendidos	(320.256)	(88.532)	(39.383)	10.396	(437.775)
Lucro bruto	43.207	104.858	13.381	(700)	160.746
Despesas operacionais	(50.220)	(12.893)	(3.867)	(31.840)	(98.820)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(7.013)	91.965	9.514	(32.540)	61.926
Resultado financeiro	(33.974)	(39.727)	(4.990)	-	(78.691)
Resultado operacional líquido	(40.987)	52.238	4.524	(32.540)	(16.765)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c. Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no terceiro trimestre de 2017 totalizaram R\$ 224.355 (R\$ 195.484 no terceiro trimestre de 2016) e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 as receitas líquidas de vendas totalizaram R\$ 628.551 (R\$ 583.205 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

A receita líquida de venda para o mercado externo no terceiro trimestre de 2017 totalizou R\$ 27.038 (R\$ 28.549 no terceiro trimestre de 2016) e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 as receitas líquidas de vendas para o mercado externo totalizaram R\$ 92.435 (R\$ 111.677 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
Período de 3 meses findos em 30.09.17			Período de 3 meses findos em 30.09.16		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	3.987	1,78%	Alemanha	5.275	2,70%
Arábia Saudita	3.696	1,65%	China	4.355	2,20%
França	2.507	1,12%	Argentina	3.092	1,60%
Alemanha	2.175	0,97%	Arábia Saudita	2.789	1,40%
Chile	2.157	0,96%	África do Sul	1.854	0,90%
África do Sul	1.936	0,86%	Paraguai	1.745	0,90%
Paraguai	1.505	0,67%	Holanda	1.487	0,80%
Peru	1.371	0,61%	Japão	1.109	0,60%
Japão	1.206	0,54%	Chile	1.000	0,50%
China	1.140	0,51%	Portugal	868	0,40%
Holanda	843	0,38%	Peru	673	0,30%
Bolívia	768	0,34%	Bolívia	552	0,30%
Kuwait	477	0,21%	Uruguai	492	0,30%
Paquistão	453	0,20%	Dubai	460	0,20%
Turquia	417	0,19%	Cingapura	417	0,20%
Uruguai	415	0,18%	Áustria	379	0,20%
México	405	0,18%	Turquia	301	0,20%
Áustria	319	0,14%	Sérvia	234	0,10%
Israel	238	0,11%	Reino Unido	205	0,10%
Colômbia	201	0,09%	Emirados Árabes Unidos	200	0,10%
Cingapura	144	0,06%	Espanha	169	0,10%
Índia	143	0,06%	Kuwait	157	0,10%
Reino Unido	129	0,06%	Paquistão	149	0,10%
Hong Kong	81	0,04%	Malásia	146	0,10%
Espanha	75	0,03%	Colômbia	135	0,10%
Outros países	250	0,11%	Outros países	306	0,20%
	<u>27.038</u>	<u>12,05%</u>		<u>28.549</u>	<u>14,70%</u>

Consolidado			Consolidado		
Período de 9 meses findos em 30.09.17			Período de 9 meses findos em 30.09.16		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Árabia Saudita	11.341	1,80%	Alemanha	17.568	3,00%
Alemanha	10.889	1,73%	China	16.041	2,80%
China	10.129	1,61%	Argentina	13.543	2,30%
Argentina	9.142	1,45%	Arábia Saudita	10.883	1,90%
África do Sul	6.350	1,01%	África do Sul	6.169	1,10%
França	5.462	0,87%	França	5.764	1,00%
Chile	5.452	0,87%	Paraguai	5.244	0,90%
Paraguai	3.714	0,59%	Chile	4.997	0,90%
Holanda	3.412	0,54%	Holanda	3.197	0,50%
Japão	3.270	0,52%	Peru	2.957	0,50%
Peru	2.666	0,42%	Japão	2.952	0,50%
Kuwait	1.970	0,31%	Espanha	2.689	0,50%
Cingapura	1.831	0,29%	Portugal	2.434	0,40%
Bolívia	1.801	0,29%	Turquia	1.981	0,30%
Turquia	1.644	0,26%	Cingapura	1.970	0,30%
Uruguai	1.442	0,23%	Bolívia	1.786	0,30%
Áustria	1.303	0,21%	Uruguai	1.779	0,30%
Índia	1.238	0,20%	Áustria	1.510	0,30%
Portugal	1.237	0,20%	Dubai	1.199	0,20%
Espanha	979	0,16%	Emirados Árabes Unidos	1.118	0,20%
Malásia	939	0,15%	Paquistão	778	0,10%
Hong Kong	922	0,15%	Malásia	648	0,10%
México	882	0,14%	Sérvia	560	0,10%
Paquistão	869	0,14%	Israel	537	0,10%
Israel	637	0,10%	Noruega	527	0,10%
Colômbia	607	0,10%	Kuwait	508	0,10%
Reino Unido	389	0,06%	Canadá	447	0,10%
Noruega	380	0,06%	Reino Unido	429	0,10%
Canadá	341	0,05%	Colômbia	428	0,10%
Sérvia	219	0,03%	Estados Unidos	284	0,00%
Outros países	978	0,16%	Outros países	750	0,10%
	<u>92.435</u>	<u>14,71%</u>		<u>111.677</u>	<u>19,20%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia no terceiro trimestre de 2017 no mercado interno totalizaram R\$ 197.317 (R\$ 166.935 no terceiro trimestre de 2016) e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 as receitas líquidas de vendas para o mercado interno totalizaram R\$ 536.116 (R\$ 471.528 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

No terceiro trimestre de 2017, um único cliente representava 4,3% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 6.519. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 238, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no terceiro trimestre de 2017 pela controladora, líquidos de tributos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 715 (R\$ 618 no terceiro trimestre de 2016).
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 80 (R\$ 70 no terceiro trimestre de 2016).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 30 de setembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$ 42.498. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 1,46% a.a. negativo.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	3.134	12.085	27.279	42.498
Arrendamentos operacionais a valor presente	3.180	12.722	31.804	47.706

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.0 mil hectares, da qual 2.2 mil hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 1,46% a.a. negativo.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	121	1.621	322	2.064
Arrendamentos operacionais a valor presente	123	1.701	363	2.187

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i. **ICMS/SC – Prodec:** Possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 12,72% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 19.934 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 17.254.

- ii. **ICMS/SC – Crédito Presumido:** O Estado de Santa Catarina concede como principal benefício a apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo de 5 anos da concessão, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção da

fábrica de Papel para Embalagens em 135.000 toneladas/ano e da capacidade da fábrica de Embalagens de Papelão Ondulado em 24.000 toneladas/ano.

- iii. **ICMS/MG – Crédito Presumido:** O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, com início previsto em 2014 e término em 2017. O valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 1.849 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 4.579 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em outubro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou operação de venda de florestas plantadas em imóveis de terceiros com área total de aproximadamente 2.806 hectares pelo valor total de R\$ 27.000, e ainda, venda de bem imóvel denominado Fazenda São Pedro, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, com área de 1.520,85 hectares e área útil de 801 hectares pelo valor total de R\$ 12.166, este imóvel com opção de recompra até o 8º ano pelo mesmo valor corrigido pelo IPCA. A concretização e fechamento da operação de venda dependem do cumprimento de condições precedentes a serem cumpridas pelas partes no prazo de até 30 de novembro de 2017.